

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

**Ata da Audiência Pública 9ª Comissão de
Cultura e Patrimônio Histórico - COMCPH,**
realizada no dia 23 de setembro de 2025.

Aos vinte e três dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às treze horas e cinquenta minutos, foi realizada a Audiência Pública da **Comissão de Cultura e Patrimônio Histórico – COMCPH**, sob a presidência do vereador **Zé Ricardo (PT)**, proponente dos trabalhos por meio do requerimento n.º 10904/2025, visando discutir políticas públicas voltadas à cultura. Registraram-se a presença dos seguintes convidados: **Michelle Barbosa Andrews**, produtora de cultura no Coletivo Difusão; **Maria Gorete Firmino de Lima**, produtora da Companhia Teatral A Rã Qi Ri e vice-presidente da Federação de Teatro do Amazonas; **Clemilson de Almeida Farias**, produtor audiovisual da Leão do Norte Produções; **Ernan Passos da Costa**, produtor cultural do Coletivo Vozes da Periferia; **Ruan Octávio Rodrigues**, coordenador do Ministério da Cultura no Amazonas; **Carla Canori, Ekedji**, do Instituto Emexim; **Ruan Wendel**, organizador executivo do Fórum LGBTQIA+Am; **Arlete Anchieta**, coordenadora do Fórum Permanente Afrodescendente do Amazonas; **Rila Arruda**, representando a Rede de Educadores Musicais do Amazonas – REM/AM; **Mel Angeoles**, representando a Associação Intercultural de Hip-Hop da Amazônia; **Prof. Alfredo Rocha**, representando a Operativa Nacional dos Trabalhadores da Cultura; **Rafaela Fonseca Ricardo**, representando Crioulos do Quilombo de São Benedito; **Kennedy Costa**, representando a Casa Verde; **Alfredo Rocha**, professor e também coordenador de cultura do Partido dos Trabalhadores; **Gabriel Henrique Dias**, representando Juventude Rede Amazonas e **Ruan Bentes**, representando a União Nacional dos Estudantes. Cumprido os trâmites legais de abertura dos trabalhos, o **presidente** mencionou os motivos de propor, nesta Casa, debates e reflexões entre o poder público e o segmento cultural acerca da realização e financiamentos de eventos culturais na cidade sem a participação de artistas locais. Neste instante, justificou a ausência de alguns participantes, afirmando que elas não afetariam o andamento dos trabalhos, pois havia consonância entre os envolvidos. Logo após, relatou sobre a visita realizada ao Conselho Municipal de Cultura - CONCULTURA e a MANAUSCULT, a qual estava acompanhado da produtora cultural do Coletivo Difusão, senhora Michelle Barbosa Andrews, oportunidade que ambos manifestaram o interesse de acompanhar os eventos na cidade, entre eles, o Passo a Paço, bem como na ocasião propuseram a contratação de artistas locais na realização dos eventos. Ainda, destacou a visita realizada a Secretaria Municipal de Finanças do Município – SEMEF, ocasião que também averiguou a contratação e implementação de artistas regionais em eventos locais na cidade de Manaus. Segundo o parlamentar, todos os órgãos citados anteriormente atribuíram responsabilidade ao sistema de internet da SEMEF, a qual inviabilizava o processo de doação para o fundo por meio de dedução de Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza por empresas tributadas no município, sendo necessário a correção a fim de viabilizar a destinação de recursos para o financiamento das atividades culturais regionais. Na sequência, a senhora **Michele Barbosa Andrews**, lamentou a ausência dos representantes do Conselho Municipal de Cultura e da MANAUSCULT, considerando a



DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da COMCPH, realizada no dia 23.09.2025

atitude como falta de interesse pelo segmento. Após isso, ao se reportar sobre a implementação da Lei Municipal de Incentivo à Cultura, citou as consequências do atraso na execução da referida lei. Em relação à MANAUSCULT, a produtora de cultura afirmou que o órgão era apenas um espaço destinado a produzir grandes eventos com artistas nacionais, sem valorização dos artistas regionais. Segundo ela, o descaso era ocasionado por leis defasadas, sem implementação na prática. Citou ainda um projeto de lei sobre censura artística, que estava em andamento e que, por consequência, fundamentaria a omissão de editais, impactando diretamente na abertura de oportunidades para a ocupação de espaços culturais e realização de eventos. Em seguida, o senhor **Ruan Octávio Rodrigues** iniciou a sua fala pontuando os benefícios da lei Aldir Blanc – PNAB, mas também destacou que a mesma lei desobrigava os governos estaduais e municipais a fazerem aportes de recursos próprios para eventos regionais. Portanto, as esferas públicas locais precisavam ser indagadas e exigidas o cumprimento de sua parcela de contribuição. Outra observação pontuada foi a normativa que obrigaria os fazedores de cultura serem ouvidos e apresentarem sugestões sobre os recursos destinados ao segmento cultural por meio do Plano de Aplicação de Recursos – PAR. Ainda, disse que estava em andamento na seção Amazonas, do Ministério da Cultura, novas normativas obrigando que as escutas fossem proporcionais com os eventos que seriam realizados, evitando o ocorrido recente com as últimas apresentações públicas na cidade de Manaus. Comunicou também que estaria chegando novos aportes financeiros ao Amazonas para serem investidos em cultura, e mais, confirmou que o PAR estaria disponível para que a destinação desses recursos fosse fiscalizada na sua aplicação. Seguidamente, falou sobre a destinação de recursos federais às escolas estaduais para a promoção de cultura, por meio de oficinas e outras atividades culturais. O **presidente** acrescentou, ressaltando a importância da recriação do Ministério da Cultura pelo atual governo federal, órgão responsável por promover e valorizar a diversidade cultural no país. Na continuidade, o senhor **Carlos Barbosa**, ao pontuar sobre o panorama do segmento audiovisual, destacou o seu recente crescimento, apesar da falta de incentivo por parte das autoridades públicas. Dessa forma, suscitou o debate das demandas da classe e apoio do poder público para a divulgação da arte e contratação desses artistas, bem como sobre a necessidade de estabelecer políticas públicas para essa parcela de artistas da cidade. Abordou também sobre a regulamentação das plataformas de *streamings*. Posteriormente, no uso da palavra o senhor **Juan Wendel** que, após falar sobre as expressões artísticas e culturais nos bairros periféricos, principalmente nos ônibus da cidade, lamentou que este segmento precisou reivindicar recursos públicos federais, após uma árdua luta de todos os segmentos culturais do país. Segundo ele, o número de atividades culturais no estado era enorme, inserindo um contingente populacional de artistas muito grande nos eventos realizados, inclusive, isso garantia editais de audiovisuais em Manaus. No entanto, a contratação desses artistas apresentava falhas, bem como não assegurava a aposentadoria, apesar de fomentar o Estado e Município. Dito isso, lamentou que os poderes públicos estivessem preocupados em criar leis que silenciassem os produtores culturais ao invés de incentivar uma lei que





DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

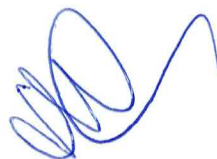
Ata da Audiência Pública da COMCPH, realizada no dia 23.09.2025

garantisse direitos a esses trabalhadores ou incentivasse mais produções culturais. Ao falar sobre a lei Paulo Gustavo, indagou a destinação de recursos para a implantação de projetos culturais, principalmente nas áreas periféricas, ribeirinhas e quilombolas da cidade. No término de sua fala, convidou a todos a participarem do projeto "Ciclo Favela" que seria realizado no dia 27 de setembro do corrente ano. Na sequência, a senhora **Carla Canori** iniciou sua participação exaltando a cultura afro-brasileira. Depois, denunciou a invisibilidade do povo negro, de matriz africana pela MANAUSCULT. Também pontuou sobre a carta que estava sendo reformulada, apresentando sugestões que fortaleceriam ações e minimizaria o racismo e a intolerância religiosa porque os locais de cultos afro-brasileiros eram espaços que também promoviam ações sociais e culturais. Lamentou a prática de racismo institucional com o segmento. O vereador **Zé Ricardo** solicitou uma cópia desse documento. Em seguida, a senhora **Arlete Anchieta** iniciou sua fala, evidenciando que a cultura apresentava uma ressonância econômica diferente dos outros setores. Por conseguinte, relatou todo o processo cultural no Amazonas, bem como a importância dos afrodescendentes para o engrandecimento da cultura local. Contudo, a cultura ainda não era vista como deveria. Segundo ela, as periferias deveriam ser trazidas para o centro das capitais como representações que precisam ser incentivadas, valorizadas e remuneradas, transformando a cultura como um bem profissionalizado e a população usando em seu benefício. Apontou também sobre a importância da Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR, acreditando que esse evento desencadearia resultados positivos entre os gestores, bem como esta audiência pública comprometeria os autores do debate a buscarem custeios em todas as esferas do poder público. Em sequência, destacou a importância de difundir o circuito histórico negro do centro de Manaus até o quilombo do bairro da Praça 14, entre outros, perpetuando a importância da cultura negra desde o início da cidade de Manaus. Aberta a participação popular, foi concedida a palavra ao senhor **Alfredo da Rocha** que agradeceu o governo federal pelos incentivos feitos a cultura do país, mas ressaltou a necessidade dos investimentos dos governos locais. Logo após, a palavra foi concedida à senhora **Mel Angioles**, que lamentou os critérios adotados pelos órgãos públicos locais para destinação de recursos, bem como a desobrigação da escuta ativa, evidenciando a necessidade de participação efetiva e não como mero protocolo. Em relação à implementação do plano municipal de cultura, ressaltou a importância de outros meios de captação de recursos devido às dificuldades enfrentadas na arrecadação de fundos. Em seguida, fez uso da palavra a senhora **Rafaela da Silva**, que lamentou o abandono das autoridades em relação ao povo do quilombo urbano, localizado no bairro da Praça 14. Finalizando a sua fala, agradeceu ao vereador Zé Ricardo todo apoio recebido. Logo depois, a senhora **Andarilha** pontuou sobre a capacitação dos gestores públicos, com o objetivo de qualificá-los para a condução adequada da diversidade cultural presente nos quilombos. Enfatizou também a necessidade de promoção política cultural, com a finalidade de que os projetos feitos nas pontas impactem na cadeia produtiva cultural. Retornando a palavra, o **presidente** relatou que conhecia todos os programas da comunidade. O senhor **Kennedy Costa** abordou

DIRETORIA LEGISLATIVA
COORDENAÇÃO LEGISLATIVA
GERENCIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da Audiência Pública da COMCPH, realizada no dia 23.09.2025

sobre o impacto dos trabalhos realizados junto a população periférica e no município de Silves, no interior do Amazonas, e reivindicou recursos para esses projetos. Seguidamente, o senhor **Gabriel Henrique Dias** lamentou sobre a omissão da Prefeitura com os projetos culturais dos coletivos periféricos, uma vez que o aporte disponibilizado foi significativo para os eventos realizados na cidade de Manaus. Também sugeriu que este Poder reafirmasse o compromisso com o público jovem, pois ele também produzia cultura, e acrescentou também que as políticas públicas em vigência não alcançavam a periferia, que recebia impactos positivos de projetos locais, como o Coletivo Funkeiros. Em seguida, o senhor **Juan Bentes** comentou sobre o projeto audiovisual Helena Dantas e solicitou apoio para a sua realização. Posteriormente, a senhora **Rila Arruda** iniciou sua participação, enfatizando sua dedicação a pesquisa cultural iniciada por volta do ano de 2006. Discorreu todo o processo que culminou com a atual Secretaria Municipal Cultura. Nesse longo processo, em tempo nenhum foi realizado um concurso público, o que desencadeou em nenhum acréscimo do quadro efetivo de servidores municipais. Outra questão pontuada por ela foram os processos de passagem que a Secretaria enfrentou, os quais denominou de saída da política de balcão para política de editais, a política de eventos para política cultural e a de política de gestão para política de estado. Na sequência, ao falar sobre o processo de elaboração do plano municipal de cultura que se iniciou em 2012, culminando com a aprovação da lei, criticou-a porque ela não direcionava a aplicação da percentagem de recursos. Depois, discorreu sobre a lei municipal n.º 2214/2017, a qual versava sobre o sistema de fomento à cultura, e também destacou os efeitos negativos da extinção do edital em 2020, que incentivava a cultura. Abordou também a lei n.º 087/2021, a qual regulamentava a solicitação de apoio a eventos referentes a estrutura e pessoal técnico, indagando a destinação dos recursos pela MANAUSCULT. Adicionou citando a pandemia como exemplo de destinação de recursos. Outra lei pontuada e criticada quanto a sua aplicabilidade foi a “Passo a Paço”. Na sequência, destacou a lei n.º 2213/2017, ressaltado que ela não funcionava, muito embora tivesse sido regulamentada depois de muitos anos de sua criação. Objetivando a solução desse problema, ela sugeriu a revisão da lei. Depois, abordou os problemas estruturais do Conselho Municipal de Cultura e as consequências da falta de regulamentação do Conselho Municipal de Patrimônio, sugerindo que o Fórum Permanente de Afrodescendente do Amazonas se inscrevesse no ponto de memória do IBRAN, bem como advertiu sobre a falta de acervos na cidade de Manaus sobre suas origens. Lembrou as datas que seriam comemoradas posteriormente e os respectivos debates. Retomando a palavra, o vereador **Zé Ricardo** solicitou documentos sobre o discurso anterior. Logo após, comentou sobre o projeto de lei que encaminhou neste Poder, a fim de que seja incluído na grade curricular as disciplinas história e geografia do Amazonas. Durante as Considerações Finais, a senhora **Michele Barbosa Andrews** agradeceu o espaço concedido por haver contribuído com os resultados que foram obtidos nesse debate. Solicitou o engajamento de todos os presentes em prol do segmento, bem como lamentou a ausência dos representantes públicos do segmento da cultura. Por fim, o **presidente** registrou as ausências dos representantes da MANAUSCULT, Conselho





Av. Padre Agostinho Caballero Martin, 850 - São
Raimundo Manaus - AM | 69029-120
Tel.: 3303-2929
www.cmm.am.gov.br